



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

As obras de reconstrução do Edifício Fok Neng, que apresentava uma inclinação, sito na Travessa da Corda, na zona San Kio, decorrem há já 4 anos e estão quase a terminar. O sucesso dessa reconstrução despertou mais uma vez a atenção da nossa sociedade para a reparação dos edifícios antigos e a reconstrução dos bairros antigos. Solicito ao Governo para otimizar a legislação relativa ao reordenamento dos bairros antigos, aperfeiçoar o regime jurídico para a reconstrução dos edifícios antigos e incentivar os proprietários a efectuarem reconstruções.

Segundo alguns dados estatísticos, o número de edifícios habitacionais comerciais e industriais com 30 ou mais anos excedeu já os 4 mil. O Governo implementou planos de concessão de apoio financeiro para reparação predial, no entanto, a reparação não consegue resolver os problemas dos edifícios antigos, visto que estes apresentam problemas estruturais devido à sua "idade", devendo assim os mesmos ser alvo de reconstrução. Tendo em conta as obras de reconstrução dos edifícios Fok Neng, Koi Fu Garden e Meng Heng, pode constatar-se que não foram poucas as dificuldades registadas durante a realização das mesmas, visto que os respectivos procedimentos são complexos e, a título de exemplo, temos os de tratamento do direito de propriedade, de herança e sucessão, de demolição e reconstrução, de dupla tributação, etc. Segundo o actual sistema jurídico, para se conseguir alcançar sucesso, tudo depende da intervenção activa dos proprietários. A sociedade entende que o Governo deve tomar a iniciativa e intervir na resolução dos problemas, isto é, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento das diversas zonas da cidade e o planeamento urbanístico, deve apresentar



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sugestões ou propostas para a reconstrução dos edifícios antigos e ainda prestar apoio aos proprietários para concluírem todos os trabalhos de reconstrução.

O Governo da RAEM iniciou os trabalhos de reordenamento dos bairros antigos em 2005; criou o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos; realizou estudos e consultas públicas ao longo dos anos para a criação do “Regime jurídico para o reordenamento dos bairros antigos”; apresentou, à Assembleia Legislativa, em 2011, a proposta de lei intitulada “Regime jurídico do reordenamento dos bairros antigos”, que foi retirada pelo Governo em 2013, devido ao âmbito da proposta de lei ser abrangente e à existência de muitas dificuldades registadas ao longo do processo legislativo. De seguida, a “Lei de terras”, a “Lei do planeamento urbanístico” e a “Lei de salvaguarda do património cultural” foram sucessivamente aprovadas. O Governo disse, na altura, que as três leis aprovadas iam influenciar o “Regime jurídico para o reordenamento dos bairros antigos” e manifestou que, no futuro, ia introduzir alterações nesse regime para este se adaptar àquelas três. No entanto, até ao momento, o Governo não adoptou ainda nenhuma nova medida para o “Regime jurídico para o reordenamento dos bairros antigos”.

Face ao exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. O novo Governo já foi criado. O Governo tem novas ideias para o impulsionamento do trabalho legislativo sobre a criação do “Regime jurídico para o reordenamento dos bairros antigos”? De que planos concretos dispõe o Governo para esse efeito? E dispõe de alguma calendarização para a concretização dos respectivos planos?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Segundo a legislação actual, pode constatar-se que há ainda muita margem para a optimização dos trabalhos de reconstrução dos edifícios antigos, tais como, a isenção de alguns impostos para a reconstrução de edifícios antigos, o aumento da proporção da área de reconstrução, o ajustamento da proporção dos proprietários que estão a favor da reconstrução, o aceleração do processo de autorização das plantas, etc. Assim sendo, quando é que o Governo vai actualizar as leis em vigor? Como vai ainda simplificar e optimizar os processos de reconstrução dos edifícios antigos?
3. O Governo tem de dar a devida atenção ao envelhecimento progressivo dos edifícios dos bairros antigos, à falta de manutenção e reparação dos mesmos ao longo dos anos e à segurança dos edifícios que estão em risco. Quando é que o Governo vai implementar o plano de inspecção obrigatória dos edifícios? De que medidas dispõe o Governo para incentivar os proprietários a tomarem a iniciativa de efectuar os trabalhos de reconstrução dos seus edifícios em ruína? Vai então criar um fundo de reconstrução predial para o efeito?

3 de Fevereiro de 2015.

A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

Chan Hong